



No Amazonas, vigilantes ganham a guerra contra os patrões.



Resistência dos trabalhadores garantiu Plano de Saúde pago integralmente pelos patrões e hora noturna reduzida com adicional de 50%

Empresários do Amazonas foram obrigados a recuar na tentativa de retirada de direitos dos trabalhadores e cederam à pressão dos vigilantes na Campanha Salarial. A categoria confirmou nesta quarta-feira (15), em assembleia realizada na Casa do Trabalhador, a pauta encaminhada ao sindicato patronal, garantindo conquistas como o Plano de Saúde pago integralmente pelo empregador, hora noturna reduzida com adicional de 50%, reajuste salarial de 5.44% e tíquete alimentação de R\$ 18.

Os patrões tentaram inserir na CCT 2017/2018 a hora noturna reduzida paga com adicional

de 20%, e não 50% como é feito atualmente. Queriam também dividir a conta do Plano de Saúde, obrigando os trabalhadores a pagar metade do valor.

“Hoje os patrões recuaram e concordaram - depois de muita pressão e ameaça de greve da categoria - com a pauta dos trabalhadores apresentada pelo sindicato e a CCT 2017/2018. Asseguramos também a data-base da categoria, e as demais cláusulas da CCT 2016/2017 na íntegra”, comemorou o presidente do Sindevam, Valderli Bernardo.

Fonte: CNTV

Patrões enlouquecem e oferecem reajuste de 2% para os vigilantes do Rio de Janeiro. Sindicatos recusam proposta



Nova reunião de negociação aconteceu na manhã desta terça-feira (14)

Em nova rodada de negociações com o Sindesp RJ (sindicato patronal) ocorrida na terça-feira (14) para discutir a pauta unificada apresentada pelos Sindicatos dos Vigilantes de Niterói, São Gonçalo e regiões (SVNIT); Petrópolis e região; Duque de Caxias, Mesquita e Nilópolis; e Itaguaí e Seropédica, os empresários rebaixaram, ainda mais, a proposta de reajuste salarial com a oferta de 2%. Na reunião anterior, a proposta era de 4%. Para o tíquete, o reajuste proposto é de 5%. As propostas estão muito abaixo das reivindicações da categoria. Os representantes dos sindicatos recusaram a proposta na íntegra.

O plano de saúde, de acordo com a vontade dos empresários, seria custeado 50% pelos vigilantes e 50% pelas empresas, sendo opcional a adesão. Já a cesta básica por assiduidade, uma conquista da campanha salarial 2016, teria o valor de R\$ 75.

A alegação dos empresários para não atender às reivindicações da categoria é a crise que o país atravessa. No entanto, os balanços das empresas não demonstram prejuízos para as empresas de segurança. “Os empresários apresentaram também uma proposta para acabar com o triênio dos vigilantes. Reafirmamos que não vamos aceitar a retirada de nenhum direito do trabalhador. Por isso, apresentamos uma contraproposta para que as empresas paguem o anuênio”, explica Cláudio Vigilante, presidente do SVNIT e Secretário Geral da CNTV.

Os empresários ficaram de analisar em assembleia do patronato as contrapropostas dos trabalhadores que envolvem o anuênio, plano de saúde pago integralmente pela empresa e o reajuste com reposição integral da inflação e ganho real nos salários e no tíquete alimentação. “Vamos continuar lutando pela nossa proposta. Não vamos aceitar reduzir o índice de reajuste salarial para termos um plano de saúde”, declara Claudio Vigilante.

A participação da categoria nas assembleias convocadas pelos sindicatos será essencial para contra-atacar a tentativa dos empresários de retirarem direitos e encaminhar os rumos das negociações. Ficar no facebook e no whatsapp não configura em participação efetiva. As decisões não são tomadas virtualmente.

Os sindicatos aguardam o agendamento de uma nova rodada de negociações com os patrões e, em seguida, convocará novas assembleias para discutir com a categoria os rumos da campanha salarial. “Em Niterói será assinado o que for aprovado pela assembleia, mais não assinaremos nenhum acordo abaixo da inflação. Sabemos do medo de muitos vigilantes de se posicionarem. Mas reclamar depois do acordo fechado sem participar não faz bem ao processo”, afirma Cláudio.

Fonte: Imprensa SVNIT



Empresários usam crise para negar reivindicações dos trabalhadores

Atenção, vigilantes do DF! Quinta-feira (23) tem audiência no MP e assembleia!



Nova assembleia será realizada após reunião no Ministério Público do Trabalho

O Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, tendo em vista a dificuldade no processo de negociação que está acontecendo no Brasil inteiro, e da intransigência patronal em querer retirar direito dos trabalhadores, agendou uma audiência com o Ministério Público do Trabalho. O compromisso está agendado para o dia 23 de fevereiro, às 15h.

Todos os vigilantes do DF estão convocados para comparecerem à sede do MP do Trabalho, localizado no Edifício Imperador, na 513 Norte, para uma assembleia da categoria. Havendo uma proposta, na saída da audiência no Ministério Público, ela será analisada em conjunto. No entanto, se não houver, a categoria vai programar os próximos passos da mobilização.

Portanto, é muito importante o comparecimento de todos os vigilantes neste momento de tanta dificuldade.

“Importante, também, em um momento de

negociação difícil, tomarmos muito cuidado com boatos espalhadas nas redes sociais por determinados agentes patronais que buscam o mal da categoria”, afirmou o deputado distrital e diretor do Sindesv-DF, Chico Vigilante.

Fonte: Ascom Chico Vigilante

**3º Congresso Nacional Extraordinário
VIGILANTES**
18 de fevereiro de 2017

Nenhum direito a menos - Estatuto da Segurança Privada - Piso Nacional de 3 mil

Local: Hotel Nacional
Brasília, Setor Hoteleiro Sul - Quadra 01 - Bloco A

Realização: CNTV - Confederação Nacional dos Vigilantes
Filiado: **ANANIAS** **CUTV** **UI**

Apoio: Federações e sindicatos
Sindicato dos Vigilantes do DF

MPF investiga segurança clandestina no São João 2016 de Campina Grande

Empresas que fizeram segurança da festa não seriam autorizadas pela PF. Prefeitura diz que contrato foi feito por captadora e não era para segurança.



Segundo denúncia, segurança feita no Parque do Povo no São João de 2016 era irregular (Foto: Taiguara Rangel/G1/Arquivo)

Depois Um inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Federal na Paraíba (MPF-PB) está apurando uma denúncia de que a prefeitura de Campina Grande teria contratado empresas de segurança privadas clandestinas para atuar no Parque do Povo, durante a realização do Maior São João do Mundo em 2016. A denúncia foi feita por um sindicato, convertida em inquérito civil pelo procurador da república Bruno Barros de Assunção e publicada no diário do MPF desta segunda-feira (13). Segundo a denúncia apresentada no MPF pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada da Paraíba (SINDESP), as empresas que foram contratadas são clandestinas porque não têm autorização da Polícia Federal para atuar.

O Secretário de Desenvolvimento Econômico de Campina Grande, Luiz Alberto, disse que as contratações foram feitas por uma empresa captadora responsável pela coordenação do evento e que estas empresas contratadas atuaram apenas na vigilância de portaria.

De acordo com o SINDESP, os profissionais

foram flagrados atuando com o serviço que deveria ser feito por uma empresa de segurança privada regulamentada pela Polícia Federal.

“O que acontece é que o serviço de segurança foi disfarçado com o nome de ‘apoio’. Recebemos imagens de funcionários fazendo a revista manual nas pessoas que entravam na festa e também fazendo o patrulhamento no Parque do Povo. Inclusive, a revista manual só deve ser feita por um agente de segurança pública. O segurança privado só deve revistar usando o equipamento detector de metal ou equipamento de scanner corporal”, explicou o diretor-geral do sindicato Fábio Luiz.

O secretário Luiz Alberto alegou que “a prefeitura não contratou empresa de segurança. Na verdade a empresa captadora ficou responsável por contratar uma empresa de vigilância de portaria, que não trabalha armada, com o objetivo de controlar entrada de produtos indevidos como bebidas e outras que não eram comercializadas dentro da festa”, disse ele.

Fonte: G1

Julgamento de responsabilidade da União em casos de terceirização fica empatado



Processo chegou ao STF em 2013 e ainda aguardará desempate

Terminou empatado, no Supremo Tribunal Federal (STF), julgamento sobre a responsabilidade da União em débitos não quitados de empresas terceirizadas. A votação terminou na quarta-feira (15). Com isso, o desempate caberá ao substituto do ministro Teori Zavascki, que morreu em janeiro em acidente aéreo. O candidato indicado pelo governo é o advogado Alexandre de Moraes, ministro licenciado a Justiça – sua sabatina pelo Senado está prevista para o próximo dia 21.

O Recurso Extraordinário (RE) 760.931 tem repercussão geral, ou seja, a decisão nesse caso deverá ser aplicada a outros semelhantes. Segundo o STF, são mais de 50 mil ações.

A relatora do recurso, ministra Rosa Weber, foi contra o pedido de recurso feito pela União. Acompanharam esse voto Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello. O ministro Luiz Fux abriu a divergência, votando a favor do recurso, com apoio de Marco Aurélio Mello, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e da presidenta do STF, Cármen Lúcia, hoje. Para ela,

não houve comprovação da responsabilidade da União pelo descumprimento da legislação trabalhista.

Mas a relatora, mesmo lembrando de entendimento do STF segundo o qual não há transferência automática de encargos à administração pública, entendeu que a responsabilidade subsidiária pode ser aplicada pelo não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas terceirizadas. Isso em caso de culpa comprovada do poder público em relação a seus deveres legais de fiscalizar contratos de prestação de serviços.

O recurso foi interposto pela União contra acórdão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve a responsabilidade subsidiária da entidade pública pelo pagamento de verbas trabalhistas a uma recepcionista terceirizada. O processo chegou ao STF em 2013. Em sua defesa, a União alegou que a Lei das Licitações (8.666/93) veda a transferência de encargos trabalhistas da contratada para o contratante.

Fonte: Rede Brasil Atual

Comissões Especiais definem agenda de trabalho para aprovar as reformas que atacam os direitos da classe trabalhadora

Bancada de oposição vai lutar para barrar o avanço das propostas do governo ilegítimo comandado por Temer



Comissão Especial da Reforma Trabalhista Foto: Gustavo Bezerra (PT na Câmara)

Com todos os acessos da Câmara dos Deputados fechados para barrar o acompanhamento dos debates decisivos para o futuro da classe trabalhadora brasileira, foram instaladas nesta terça-feira (13.02), as comissões que vão tratar da Reforma da Previdência e da Reforma Trabalhista propostas pelo governo ilegítimo de Michel Temer. Após as sessões de instalação, os parlamentares integrantes dessas comissões definiram a dinâmica das atividades para decidir o roteiro

de trabalho e deliberar sobre requerimentos.

De acordo com o Regimento Interno da Câmara, cada relator tem dez sessões de plenário para apresentar seu parecer. Rogério Marinho (PSDB-RN), relator da Reforma Trabalhista, propôs a realização de 11 audiências públicas para debater o tema. Já a Comissão Especial que analisa a Reforma da Previdência após sessão tumultuada agendou para o dia 23 de fevereiro a eleição de três vice-presidentes do colegiado.

Reforma da Previdência (PEC 287/2016)

Na primeira sessão da Comissão da Reforma da Previdência, o deputado Carlos Marun (PMDB-MS), presidente da Comissão Especial da Reforma da Previdência, após solicitação de vários deputados, só conseguiu votar e aprovar em conjunto 62 requerimentos, com vários nomes de convidados para audiências públicas.

Para o Secretário Nacional de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, o rito de tramitação aprovado pela Comissão Especial da Previdência indica que os deputados governistas “querem passar o trator e votar o mais urgente possível.” Para ele, a única possibilidade de derrotar esta reforma “é a realização de forte pressão popular a partir dos colégios eleitorais de cada parlamentar e organizar uma forte resposta dos trabalhadores a esta verdadeira injustiça.”

Reforma Trabalhista

Advogado trabalhista e militante da área, o deputado federal Wadhi Damous (PT-RJ), disse que a bancada da oposição será totalmente contra a proposta de mexer na CLT, “vamos nos bater até o fim aqui nesta comissão e onde se fizer necessário”, anunciou o parlamentar. Ao falar em nome da liderança petista, Damous esclareceu que a CLT sofreu alterações desde o seu primeiro dia. “A Constituição flexibilizou diversos itens do direito do trabalho. Não é verdade que ela não se atualizou. O que esse projeto (PL 6787/2016) quer é a desregulamentação do Direito do Trabalho e levar os trabalhadores brasileiros à barbárie.”

A fala foi uma resposta a parlamentares governistas que defenderam a reforma exatamente como foi proposta pelo governo ilegítimo e deixaram clara sua disposição de aprová-la em velocidade recorde, com medidas que ferem muitos direitos históricos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras. “Hoje talvez tenham conseguido criar, já que estamos sob a lógica de um governo ilegítimo,

boas condições para dismantelar os direitos da classe trabalhadora brasileira”. Para tentar justificar as medidas desejadas pelo Executivo, o relator da comissão tentou estigmatizar a CLT, afirmando que nossa legislação trabalhista é uma cópia da Carta Del Lavoro (documento de 1927, onde o Partido Fascista italiano apresentou as diretrizes para as relações de trabalho, sendo uma das facetas do modelo corporativista). O deputado Wadhi contestou-o afirmando que “é preciso começar desmistificando certas lendas: a CLT não é uma cópia da Carta Del Lavoro. Eu gostaria que se demonstrasse, artigo por artigo, onde a CLT copia a carta do fascismo italiano. Isso só pode ser piada”, argumentou Damous.

A primeira audiência pública da Comissão Especial da Reforma Trabalhista acontecerá na próxima quinta-feira (16.02) e, até o dia 4 de maio, conforme anunciado por Marinho, a comissão deve convidar especialistas, representantes de órgãos de classe, sindicalistas, procuradores e magistrados para discutir a proposta. Ficou acordado, ainda, que o prazo para a apresentação de emendas terá início a partir da realização da quinta audiência. Os deputados Gorete Pereira (PR-CE) e Eli Corrêa Filho (DEM-SP) foram eleitos como segundo e o terceiro vice-presidentes da comissão, respectivamente.

Contra a classe trabalhadora

Encaminhadas pelo governo sem voto de Michel Temer (PMDB) no apagar das luzes do ano legislativo de 2016, ambas reformas sugerem mudanças que, se aprovadas, levarão o Brasil ao mais profundo abismo, já que hoje o desemprego formal atinge mais de 12 milhões de brasileiros e nenhuma proposta apresentada após a institucionalização do golpe de Estado jurídico e parlamentar, foi no sentido de reverter a crise econômica que há seis meses afunda o país.

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF